comércio em residência

A partir de segunda-feira, o Núcleo de Registro e Controle (Nurecon) da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo estará recebendo pedidos de alvarás de funcionamento, compreendendo atividades comerciais em residências. Dependendo do tipo de serviço prestado, o solicitante receberá a autorização, saindo do comércio informal para o formal. A medida é inédita no DF e só abrange casas, excluindo apartamentos.

O secretário da Indústria, Comércio e Turismo, Roberto Moraes, explicou que a liberação de uma lista de atividades comerciais, em caráter provisório, teve por objetivo atender ao grande número de pedidos de alvarás que aumentaram em torno de 50 por cento desde a implantação do Plano Collor, dos quais muitos falam sobre a execução de serviços generalizados em residências.

Além da grande quantidade de funcionários demitidos e colocados em disponibilidades, o GDF levou em conta a dificuldade dos integrantes do mercado informal em trabalhar com cheques nominais. Sem querer divulgar todos os itens da relação — “alguns poderão ser discutidos” — Roberto Moraes citou como exemplos serviços relacionados à representação comercial, assessoria fiscal, processamento de dados e elaboração de projetos.

Também constam da lista serviços de datilografia e taquigrafia, aulas particulares, propaganda e publicidade, lapidação de pedras preciosas, fisioterapia, conserto de eletrodomésticos a domicílio, limpeza de pele e esté-

tica, editoração de livros, bufê, confecção artesanal para enfeite de congelados. A relação abre mercado para alfaiataria, costura e camisaria. Os contemplados terão os mesmos benefícios de uma empresa comum.

REQUISITOS

Para trabalhar em casa, o interessado deve possuir autorização do proprietário do imóvel, dos vizinhos laterais e de frente e do responsável legal pela empresa, para que a mesma seja fiscalizada pelos órgãos competentes. É necessário, ainda, indicar o lugar na residência, onde será executado o trabalho. “Os pretendentes são de praticamente todo o DF. Do Plano Piloto e das cidades-satélites”, disse o secretário.

Roberto Moraes esclareceu que o funcionamento das atividades em apartamentos ainda é objeto de estudo. “Os serviços autorizados na primeira listagem não perturbarão a vizinhança, nem causarão danos ao meio ambiente ou a equipamentos públicos”, acrescentou, ressaltando a proibição quanto ao atendimento em balcão, utilização de letreiros e colocação de placas em frente às residências. “A divulgação do negócio será feita informalmente”, completou.

Da elaboração da lista, participaram representantes das secretarias de Desenvolvimento Urbano, Saúde, Fazenda, Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros. A comissão, instituída pelo governador Wanderley Vallim, foi coordenada pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

Camelôs sairão da Rodoviária

O GDF está aberto para receber sugestões dos vendedores ambulantes, situados na plataforma superior da Rodoviária, desde que não insistam em permanecer nos passeios públicos. A afirmação é do administrador do Plano Piloto, Paulo Fonseca, ressaltando que a retirada dos camelôs da plataforma se deve à medida de segurança para a população, expulsa para a rua e disputando espaço com os veículos. “A presença dos camelôs naquela área já resultou em vários acidentes de trânsito”, acrescenta.

Paulo Fonseca salienta que a exigência de credenciamento para a classe não resolve os problemas provocados pela permanência dos camelôs na passarela da Rodoviária. O credenciamento, segundo o administrador, é apenas para preencher o número de vagas disponíveis no local, que é de 70, com licença para ocupação durante um ano, podendo ser renovada.

Segundo Paulo Fonseca, está sendo formada uma comissão, com participação do Sindicato dos Vendedores Ambulantes para estudar um projeto definitivo de uma área destinada aos camelôs. Uma das propostas da Administração Regional do Plano Piloto,

é a ocupação da parte de baixo da Rodoviária, especificamente do gramado, onde atualmente já atuam alguns barraqueiros. Na área, acrescenta Paulo, poderá ser instalado uma espécie de camelódromo ou uma feira.

TENSÃO

Enquanto a Administração do Plano não apresenta um projeto definitivo para acomodá-los, os vendedores ambulantes localizados na plataforma superior da Rodoviária continuam tensos, sem saber quando serão retirados, e, principalmente, para onde irão.

Os camelôs argumentam que se os produtos expostos forem apreendidos, não terão como pagar aos cobradores, que batem todos os dias em suas portas. “Dependemos do pequeno lucro que arrecadamos aqui”, acrescentam. Preocupados com a remoção, que pode acontecer a qualquer momento, os vendedores ambulantes, apresentam algumas soluções para amenizar o problema. A transferência para a passarela do Touring Club é bem aceita pelos camelôs, que aguardam, o mais rápido possível, uma solução do GDF.

Taguatinga apóia ambulantes

A partir da próxima quarta-feira os vendedores ambulantes de Taguatinga vão voltar a se instalar pelas ruas do centro da cidade. Essa foi a conclusão da reunião entre o administrador Froylan Pinto e o presidente do Sindicato dos Vendedores Ambulantes, Antônio Francisco Oliveira, ontem pela manhã. Da reunião participaram cinco representantes dos camelôs.

Na reunião foi firmado um acordo entre a administração da cidade e os camelôs para disciplinar o comércio nas ruas. A partir da próxima semana só poderão trabalhar nas ruas os vendedores que estiverem uniformizados com o jaleco do sindicato, cuja cor será definida entre o azul e o verde escuro, e portanto o crachá de identificação emitido pela administração regional. Segundo informou o presidente do sindicato, Antonio Francisco, até o final da manhã, já tinham sido cadastrados 210 vendedores ambulantes, mas o número pode chegar a 320.

São quatro áreas principais de comercialização: do lado do Jumbo, em frente ao EIT, no Taguacenter e no Paranoá Center. Produtos industrializados não poderão ser vendidos nestes locais, assim como o churrasquinho, “por questão de higiene”. Podem ser vendidos frutas, confecções e bijouterias. Os demais critérios serão estabelecidos na próxima reunião, que será realizada terça-feira a partir das 9h, quando se entregará os crachás e os jalecos, que serão adquiridos pelo vendedor ambulante a preço de custo. No bolso do jaleco estará inscrito o nome do vendedor da classe e a frase “Convênio com administração de Taguatinga”.

FISCALIZAÇÃO

disciplinar as áreas de venda no centro da cidade, a maioria dos camelôs afirmava que “os dias parados vão valer a pena”. Lindinalva Edite dos Santos, que trabalha no ramo há 13 anos calculou que terá um prejuízo de cerca de Cr\$ 20 mil durante os seis dias que ficará parada. “Não estou preocupada com o que vou perder. Estou felicíssima com a reunião. Agora estou tranquila em saber que vou poder trabalhar sossegada, sem medo de fiscal. Só espero que isso não fique só na promessa”.

APOIO

Uma pesquisa feita entre os moradores da cidade de Taguatinga por uma das líderes do movimento dos camelôs, conseguiu reunir, em duas horas, cerca de 200 assinaturas dando apoio aos camelôs para que possam trabalhar no centro da cidade. Maria das Graças Moreira considera que “todo mundo vai ser beneficiado pela decisão”. Segundo ela, os moradores precisam dos camelôs porque eles vendem com um preço melhor.

O presidente do Sindicato dos Vendedores Ambulantes afirmou que o resultado da reunião “serve para mostrar que o vendedor ambulante não é um marginal”. Trabalhando há oito anos como sorveteiro no Plano Piloto, Antonio Francisco garante que a sua classe é muito trabalhadora. “Não recebemos benefícios, horas extras e férias. O nosso salário quem faz somos nós. Sem o trabalho não dá para viver”. Segundo o presidente da categoria o ganho mais importante da reunião foi o direito de trabalhar na rua. “Vamos estudar caso a caso uma solução em todo problema que aparecer”, disse ele, con-